Infraestrutura

Macrodrenagem: MPF discute medidas sobre obras na Zona de Expansão

■ OBJETIVO DA REUNIÃO OI DISCUTIR AÇÕES QUE PREVINAM ALAGAMENTOS EM UMA REGIÃO EM EXPANSÃO POPULACIONAL E IMOBILIÁRIA

Público Federal (MPF) realizou, na última sextafeira (19), reunião com órgãos ambientais, gestores públicos, órgãos de controle e sociedade civil para tratar da macro-drenagem da Zona de Expansão de Aracaju, cujas obras tiveram início em 2024. O encontro teve como objetivo discutir medidas que previnam alagamentos em uma região em expansão popu-lacional e imobiliária, ressal-tando a necessidade de que o projeto seja acompanhado pela adequação do esgotamento sanitário de toda a zona de expansão, e não somente nos bairros Mosqueiro e Areia Branca.
As obras de macrodrenagem

integram o Programa Aracaju Cidade do Futuro, financiado pelo New Development Bank (NDB), e incluem a execução de terraplanagem, pavimentação

Ministério e urbanização entre as comunidades de Areia Branca e Mosqueiro, abrangendo 19 canais secundários e um cole-

tor principal. Participaram da reunião

representantes da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema), da Procuradoria do Município de Aracaju e da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb). O evento também contou com representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público de Contas de Sergipe (MPC/SE), do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) e da concessionária Iguá Saneamento, além de integrantes do movi-mento "Salvemos o Vaza-

Irregularidades

Em análise realizada pelo TCE/SE, foram apontadas possíveis irregularidades que podem comprometer tanto o meio ambiente quanto a eficácia do empreendimento. De acordo com parecer técnico, foi identificada incompatibilidade entre a área de abrangência da drenagem e a infraestrutura de esgotamento sanitário da região Enquanto os canais de drenagem estão em execução, o projeto de esgotamento sanitário encontra-se em fase inicial e atende apenas parte do bairro Mosqueiro, o que pode resultar na contaminação da rede e no lançamento de esgoto não tratado nos rios e lagoas.

• Encaminhamentos A partir da reunião, foi determinada a elaboração, pela Adema e Sema, de um termo de cooperação técnica, em até 30 dias, incluindo a revisão das licenças já emitidas e a obriga-

FOI ESTABELECIDA A REALIZAÇÃO DE FIS-CALIZAÇÕES PARA IDENTIFICAR DANOS AMBIENTAIS JÁ PRO-VOCADOS PELA MACRODRENAGEM

toriedade de assinatura conjunta de todos os novos atos relacionados à obra. Também foi estabelecida a realização de fiscalizações para identificar danos ambientais já provocados pela macrodrenagem, com possibilidade de autuações, exigência de planos de recupera-ção das áreas degradadas ou

medidas compensatórias. A Iguá Saneamento deverá apresentar relatórios mensais sobre os estudos de diagnóstico de esgotamento sanitário. compatibilizando-os com a macrodrenagem em execução, e terá até quatro meses, pror-rogáveis por mais dois, para concluir os relatórios finais. Já a Emurb e a Sema precisam encaminhar a documentação técnica referente aos projetos da drenagem de toda a área da ZEA e do esgotamento sanitá-rio de Mosqueiro e Areia Branca, realizar uma audiência pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e ao Relatório Relatório de Impacto Ambientale reuniões informativas sobre os relatórios ambien-tais simplificados e, em seguida, promover consultas às comunidades tradicionais da

Também ficou definido que o MPF solicitará ao TCE/SE e ao MPC/SE pareceres técnicos e relatórios de auditoria relativos às obras, que representantes do movimento "Salvemos o Vaza-Barris" deverão encaminhar estudos disponíveis, e que sejam realizadas audiências públicas e reuniões informativas sobre os estudos de impac to ambiental, com ampla divul gação e antecedência mínima

de 45 dias. Além disso, os órgãos ambien tais deverão exigir o cumprimento de condicionantes espe cíficas, como a execução de todos os programas previstos no Plano de Gestão Ambiental, o monitoramento da qualida-de da água, do ar e do ruído, e a manutenção de canais de comunicação e reuniões perió-dicas com a comunidade afe-tada. Além disso, os órgãos devem cobrar a garantia de acesso de pescadores e maris-queiros aos portos fluviais e a instalação de um escritório da Emurb na localidade da obra para atendimento à população, com divulgação em rádios e carros de som.



'PANOPTES'

PF deflagra operação contra abuso sexual infantojuvenil



Voltada ao combate do compartilhamento de material de abuso sexual infantojuvenil na internet, a Policia Federal em Sergipo (PFSE) deflagrou nessa terça-feira (23), a Operação Panoptes V. Durante a ação, foi cumprido um mandado de busca e apreen-

são na residência de um investigado em Aracaju. Segundo a PF, a investigação teve início a partir de uma notifi-cação do Ministério Público Federal em São Paulo, que apontou a publicação de um vídeo com conteúdo sexual envolvendo dois a publicação du mideo com nonteado sexala chrivetura dois adolescentes, compartilhado por um usuário localizado em Sergipe. Ainda de acordo com a Polícia Federal, o investigado poderá responder pelos crimes de armazenamento e compartilhamento

de material de abuso sexual de crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de a legislação ainda empregar o termo "pornografia infantil", a PF reforca que o uso das expressões "abuso sexual"

ou "violência sexual" contra crianças e adolescentes é mais adequado, pois reflete a gravidade e a violência associadas a esse

A Polícia Federal ressalta que a prevenção e a informação são medidas essenciais para proteger crianças e adolescentes contra abusos no ambiente virtual e offline. A corporação também alertou pais e responsáveis sobre a

importância de acompanhar e orientar o uso de redes sociais, jogos e aplicativos por crianças e adolescentes. Estar atento a mudanças de comportamento, como isolamento, segredo em relação ao uso do celular e do computador, pode ajudar a identificar situações de risco.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE TCE-SE

N° 003865/2025. **OBJETO**: Aquisição de equipan oitalaree e ficioterápicoe, para atender a demanda da Oriontológico do Tribunal de Contas do Estado de

Estrutura do Pré-Caju 2025 começa a ser erguida

de Aracaju, começou a se trans-formar para receber o Prá-Caju 2025. Diversas carretas chegaram carregadas de equipamentos e estruturas, dando iní-cio à montagem do Camarote Aju, que será erquido novamente na área do Espaco Sobre as Ondas, próximo ao parque infantil. A festa acontecerá entre os dias 14 e 16 de novembro,

na avenida Santos Dumont. Reconhecido como o espaço mais disputado do circuito, o Camarote Aju promete sur-preender. A estrutura contará com praça de alimentação, Espaço Beleza, loja de reforma de abadás, SPA e outros servi-ços exclusivos. Durante as três noites de festa, passarão pelo palco Wesley Safadão, Luiz Ferraz, Banda Eva, Cláudia Leitte, Zé Neto & Cristiano, Rafa

■ Equipamentos e estruturas, dão o início à montagem do Camarote Aju

e Pipo, Parangolé, Léo Santana Kart Love, Franquinho Vaqueiro, Eric Lard, Henry Freitas, Pagod'art e Larissa

nização começou a instalar os pórticos de entrada e saída do percurso será decorada com bandeiras temáticas, avisan-do aos foliões que a festa está

Serão cerca de três quilôme tros de festa, com concentra-ção e saída dos blocos na Passarela do Caranguejo. O trajeto segue pela Orla de Atalaia, passando pelo Camarote Aju, hotéis, bares e restaurantes, até as proximi-dades do Farol da Coroa do Meio. Entre as atrações que puxarão a animação em cima dos trios elétricos estão, Bell Marques (Vumbora), Ivete Sangalo (Com Amor), Saulo (Com Amor), Léo Santana (Gigante), Xandy Harmonia (Torcida) e Trio FM Sergipe

(Jaú e Édson Gomes).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE RDENAÇÃO DE GESTÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA DIVISÃO DE ENGENHARIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

EXTRATO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCURA DE IMÓVEL

JTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS , por déncia Regional Nordeste, em Recife/PE , toma ocar, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável

